



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 53/XIV/ 2.ª SL

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2021, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### **Formato Misto (Presencial e Videoconferência)**

##### **15:00 HORAS**

*Audiência, por Videoconferência, do Fórum Nacional de Estudantes de Saúde (FNES), e do Conselho Nacional de Juventude (CNJ), «para apresentação das preocupações dos estudantes de Saúde no que toca ao seu acesso à vacinação contra a COVID-19».*

##### **16:00 HORAS**

*Audição, por videoconferência, da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), «para esclarecimentos das regras a aplicar à transferência de doentes entre prestadores de cuidados de saúde» (a requerimento do PSD)*

---

##### **15:00 HORAS**

Audiência, por Videoconferência, do Fórum Nacional de Estudantes de Saúde (FNES), e do Conselho Nacional de Juventude (CNJ), «para apresentação das preocupações dos estudantes de Saúde no que toca ao seu acesso à vacinação contra a COVID-19».

Aberta a Reunião pela Presidente, a mesma cumprimentou o FNES e o CNJ na pessoa dos seus representantes, respetivamente Catarina Simão e Lucas Martins, dando-lhes a palavra para exporem os motivos do seu pedido de audiência.

Carolina Simão começou por descrever a situação dos estudantes de saúde, referindo que, desde o princípio da atual situação pandémica, os mesmos têm estado na linha da frente, com os profissionais de saúde com quem estão a fazer os seus estágios,



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 53/XIV/ 2.ª SL

referindo os contactos entabulados com a Task-Force de Vacinação e outras entidades, no sentido de ser clarificada definitivamente a situação dos estudantes, pois existem cerca de 12 mil que estão a trabalhar e a aprender em contextos de risco, por isso devem ser considerados como grupo prioritário, para assim poderem estar protegidos e serem um reforço para o sistema de saúde. Dada a palavra a Lucas Martins, o mesmo salientou o papel dos jovens no combate à pandemia e questionou sobre os critérios que levaram a que os estudantes de saúde não fossem considerados prioritários, concluindo que há ainda muitas perguntas por responder, mas que os jovens estão a postos para ser parte da solução.

Concedida a palavra aos Deputados, intervieram: Miguel Costa Matos, que referiu ser justo que os jovens estudantes sejam equiparados aos profissionais de saúde, com quem trabalham, e fez votos para que a situação em análise seja definitivamente resolvida; Cláudia Bento, que questionou sobre a maneira como está a ser efetuada a aprendizagem dos estudantes de saúde no atual contexto pandémico e a informação veiculada sobre a priorização da vacinação dos estudantes do 6.º ano de medicina e de alguns estudantes de enfermagem; Luís Monteiro, que recordou o apoio do BE à reivindicação da necessidade dos estudantes de saúde serem considerados prioritários e a preocupação pelo facto de as metas de vacinação não estarem a ser alcançadas, concluindo que partilham as preocupações do FNES e do CNJ acerca das metodologias e dos critérios de vacinação; Paula Santos, que lembrou a posição do PCP no que diz respeito à vacinação e aquisição de vacinas por parte do Estado português, e questionou qual a posição do FNES e do CNJ quanto às notícias de que alguns estudantes de saúde haviam já sido considerados como prioritários, sendo que todos os estudantes de saúde devem ser tratados por igual; Bebiana Cunha, que recordou que o PAN sempre apontou este grupo como sendo prioritário, questionando sobre a posição da FNE e do CNJ quanto à vacinação.

Respondeu, por parte da FNES, Catarina Dourado, referindo as alterações que os estágios e todo o processo de aprendizagem dos estudantes sofreram, nomeadamente o acrescido recurso à simulação para colmatar algumas falhas na formação acarretadas pelo atual contexto pandémico. Frisou que qualquer plano de vacinação deverá ser mais abrangente e abarcar mais estudantes de saúde, lembrando que a sua infeção compromete o trabalho das equipas onde estão inseridos e põe em risco os profissionais de saúde, os doentes e as famílias dos estudantes. Dada a palavra ao representante do



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 53/XIV/ 2.ª SL

CNJ, Lucas Martins referiu subscrever por inteiro as palavras de Catarina Dourado, após o que a Presidente agradeceu a presença e a esclarecedora intervenção de ambos e deu por terminada a audiência.

#### **16:00 HORAS**

Audição, por videoconferência, da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), «para esclarecimentos das regras a aplicar à transferência de doentes entre prestadores de cuidados de saúde» (a requerimento do PSD)

A Presidente cumprimentou e agradeceu a presença da Presidente da ERS, Professora Sofia Nogueira da Silva, tendo de seguida concedido a palavra ao Deputado Alberto Machado, que apresentou o requerimento do PSD e lembrou o regulamento emitido pela ERS em Novembro de 2020, considerado inválido por despacho emitido pela Ministra da Saúde, refutado por sua vez pela ERS, questionando sobre a atual aplicação, ou não, do regulamento emitido pela ERS, sobre contactos interinstitucionais a propósito desta matéria e os moldes em que as transferências de doentes estão atualmente a ser efetuadas.

Respondeu a Presidente da ERS, lembrando o objetivo fundamental da atuação da ERS, que são os doentes e os seus direitos e que o regulamento pretendia densificar e clarificar quais as regras respeitantes à transferência de doentes, regras aliás já existentes, manifestando a surpresa da ERS com a decisão da Ministra, já que no entender desta entidade, não pode a Ministra tutelar a ação reguladora da ERS ou declarar a invalidade de regulamentos por si emitidos, notando que todos ficam a perder com este diferendo.

Dada a palavra aos Deputados para a primeira ronda de perguntas, intervieram: Susana Correia, que falou sobre o diferendo entre o Ministério da Saúde e a ERS e questionou sobre o acautelamento do superior interesse dos doentes com o regulamento em causa; Moisés Ferreira, que colocou questões sobre a existência atual de diferendo entre o Ministério da Saúde e a ERS e se o regulamento por este emitido interfere em questões de gestão direta e administração, campos que o BE entende estarem fora da competência da ERS e Paula Santos, que questionou sobre a oportunidade do regulamento, tendo em conta a existência de recomendações anteriormente emitidas pela ERS e sobre quais as razões da discordância com o Ministério da Saúde.



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 53/XIV/ 2.ª SL

A Presidente da ERS respondeu às questões colocadas, relembrando os objetivos desta entidade reguladora, nomeadamente defender os doentes e assegurar o acesso destes a cuidados de saúde de qualidade, notando que a ERS identificou a existência de problemas graves na transferência inter-hospitalar de doentes e que face à existência de cerca de 40 deliberações sobre a matéria em causa, a ERS entendeu que se deviam harmonizar os procedimentos já existentes nesta matéria, frisando ainda as matérias consolidadas no regulamento e as matérias excluídas do seu âmbito, esclarecendo que a atuação da ERS não é uma intervenção na gestão e administração hospitalares. Esclareceu o processo de formação do regulamento em causa, no qual o Ministério da Saúde teve um papel ativo e referiu novamente a falta de competência da Ministra da Saúde para invalidar um regulamento emitido por entidade reguladora, competência reservada aos tribunais ou à própria entidade reguladora, concluindo que a situação em apreço é preocupante e que se não fosse o contexto sanitário atual, talvez não tivesse ocorrido, terminando com a explicitação de qual foi a reação da ERS à decisão da Ministra da Saúde.

Na 2.ª ronda, usaram da palavra, pedindo esclarecimentos adicionais, os Deputados João Paulo Correia, Alberto Machado e Paula Santos esclarecimentos que a Presidente da ERS prestou, após o que a Presidente agradeceu a sua presença e os esclarecimentos prestados, dando por terminada a audição.

A reunião foi encerrada às 16:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida neste [link](#) e neste [link](#)

Palácio de São Bento, 26 fevereiro 2021.

**A PRESIDENTE**

**(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)**



**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 53/XIV/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)  
Bruno Aragão (PS)  
Hortense Martins (PS)  
Joana Lima (PS)  
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)  
Sónia Fertuzinhos (PS)  
Susana Amador (PS)  
Susana Correia (PS)  
Telma Guerreiro (PS)  
Alberto Machado (PSD)  
Álvaro Almeida (PSD)  
António Maló De Abreu (PSD)  
Cláudia Bento (PSD)  
Pedro Alves (PSD)  
Ricardo Baptista Leite (PSD)  
Rui Cristina (PSD)  
Sandra Pereira (PSD)  
José Manuel Pureza (BE)  
Moisés Ferreira (BE)  
Paula Santos (PCP)  
Bebiana Cunha (PAN)  
André Ventura (CH)  
Elza Pais (PS)  
Francisco Rocha (PS)  
Ivan Gonçalves (PS)  
João Gouveia (PS)  
Luís Graça (PS)  
Marta Freitas (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Jesus (PS)  
Ana Rita Bessa (CDS-PP)

